

n.º 227/95, de 11 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 154/96, de 31 de Agosto, e dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sob proposta do inspector-geral da Administração Interna, e obtida prévia autorização do Ministro de Estado e das Finanças, nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, como inspector do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna o Licenciado Higinio Manuel Marques Pinto.

21 de Setembro de 2010. — O Ministro da Administração Interna, Rui Carlos Pereira.

203737424

Governo Civil de Portalegre

Aviso n.º 19454/2010

Procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira geral de assistente operacional, na área da limpeza — serviços gerais, do Mapa de Pessoal do Governo Civil do Distrito de Portalegre, aberto pelo Aviso n.º 5294/2010, de 15 de Março.

Lista de ordenação final de candidatos admitidos homologada por despacho do Governador Civil de Portalegre, de 23-09-2010

Maria Manuela Fernandes Barradas Carriça — 15,4
Márcia da Silva Fonseca Fernandes — 12
Maria Antónia Bugalho Raposo — 12
Isilda Maria Casado Banheiro de Jesus — 11,4
Luciana Maria Nunes Serra Batista Calado Pires — 10,4

Portalegre, 23-09-2010. — A Presidente do Júri, *Teresinha Filipe*.
203736882

Guarda Nacional Republicana

Comando Territorial do Porto

Despacho n.º 15033/2010

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 8090/2010, publicado no DR n.º 90 (2.ª série) de 10 de Maio de 2010, do Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no Comandante do Destacamento Territorial de Matosinhos, Tenente de Infantaria, José Lourenço Pereira Beleza, as competências para a prática dos seguintes actos:

a) A assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avoacção e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de Abril de 2010

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

Quartel no Porto-Carmo, 8 de Setembro de 2010. — O Comandante, *Floriano de Sá Guimarães*, tenente-coronel de infantaria.

203737927

Despacho n.º 15034/2010

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 8090/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2010, do Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no Comandante do Destacamento Territorial de Vila Nova Gaia, Capitão

de Cavalaria, Rui Daniel Baptista Rosa Ferreira, as competências para a prática dos seguintes actos:

a) A assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avoacção e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 05 de Julho de 2010.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

Quartel no Porto-Carmo, 09 de Setembro de 2010. — O Comandante, *Floriano de Sá Guimarães*, tenente-coronel de infantaria.

203737879

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 15035/2010

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Departamento de Nacionalidade se encontra vago, pelo que importa proceder à nomeação de titular para o referido cargo, a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica;

Considerando que a Lic. Teresa Maria Carneiro Andrade, Inspectora Superior Nível 1, preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de Chefe de Departamento de Nacionalidade;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a Lic. Teresa Maria Carneiro Andrade, Chefe de Departamento de Nacionalidade, em regime de substituição.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeada poderá optar pela retribuição de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2010.

Oeiras, 23 de Setembro de 2010. — O Director Nacional, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Teresa Maria Carneiro de Andrade, Inspectora Superior nível 1, da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Desde Maio 2005 — Desempenho de funções de assessoria jurídica no Departamento de Operações. Desde Janeiro de 2010 e dada a ausência de chefia de Departamento tem assumido as tarefas inerentes ao cargo.

Fevereiro 2007 a Agosto 2007 — Membro do grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta do Decreto Regulamentar da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Abril 2004 a Maio 2005 — Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais do SEF (GRIC)

Janeiro 2004 a Junho 2004 — Coordenadora do 5.º estágio probatório da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF.

Janeiro 2001 a Abril 2004 — Subdirectora Regional da Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo.

Janeiro 2000 a Maio 2004 — Representação do SEF na qualidade de perita nas avaliações Schengen no quadro da UE (grupo SCH-EVAL/Vistos) efectuadas a vários Estados Membros e membro do projecto piloto “Target Missions”, em matéria de cooperação consular local, nomeada na qualidade de perita em matéria de vistos, de acordo com o mandato do CEIFA.

Janeiro 1998 a Maio 2004 Representação do SEF no grupo de trabalho sobre Vistos do Conselho da UE, na qualidade de perita nacional.

De 1998 a 2004 — Representação da Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo no Grupo de Trabalho para implementação do Modelo Uniforme de Autorização de Residência.

Desde Novembro 1995 — Desempenho de funções na Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo, onde exerceu, entre outras, as funções de Responsável pelo Núcleo Regional de Vistos e Títulos de Residência, pelo Departamento Regional de Emissão de Documentos

Fevereiro 1994 a Novembro 1995 — Inspectora de Turno e da Unidade de Apoio do Aeroporto de Lisboa.

Fevereiro 1992 a Fevereiro 1994 — Desempenho de funções no Núcleo de Fronteiras do SEF.

Agosto de 1991 a Janeiro de 1992 — Desempenho de funções em regime de rotação em diversos departamentos do SEF.

Novembro de 1990 — ingressou em 15 de Novembro de 1990 no 1.º estágio probatório de ingresso na carreira de investigação e fiscalização do SEF.

203734873

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Declaração de rectificação n.º 2011/2010

Por ter havido inexactidão no despacho (extracto) n.º 14 389/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 480, de 15 de Setembro de 2010, a p. 47 125, rectifica-se que onde se lê «despacho de 29 de Dezembro de 2009» deve ler-se «despacho de 29 de Dezembro de 2008».

17 de Setembro de 2010. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.
203736582

Despacho (extracto) n.º 15036/2010

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes, subdirectora-geral dos Serviços Prisionais, a competência para coordenar e superintender as actividades das áreas de gestão de recursos humanos, gestão de recursos financeiros, gestão de recursos patrimoniais e infra-estruturas e equipamentos, sistemas e tecnologias de informação e segurança e praticar os actos necessários ao seu desenvolvimento, designadamente:

1.1 — Praticar os actos da competência dos titulares dos cargos de direcção intermédia relativamente a dirigentes e trabalhadores que se encontrem na sua directa dependência e autorizar as deslocações dos trabalhadores em exercício de funções naquelas áreas, aos serviços externos desta Direcção-Geral e a outros organismos públicos ou privados, bem como o pagamento das respectivas ajudas de custo, antecipadas ou não.

1.2 — No âmbito da coordenação e superintendência da actividade da área de gestão de recursos humanos:

a) Autorizar a abertura de concursos e de procedimentos concursais e praticar todos os actos subsequentes, homologar actas, nomear, celebrar contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, promover e exonerar o pessoal do mapa da Direcção-Geral, determinar a conversão da nomeação transitória em definitiva, bem como comissões de serviço e conferir posse, assinar termos de aceitação;

b) Promover a mobilidade interna dos trabalhadores da DGSP, com excepção dos elementos do corpo da guarda prisional e dos trabalhadores afectos ao tratamento penitenciário, às unidades orgânicas da Direcção-Geral;

c) Conceder licenças, sem remuneração, por período inferior a um ano, nos termos do artigo 234.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e autorizar o seu regresso à actividade;

d) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito nos termos da lei, com excepção daqueles cuja competência para autorização esteja cometida a outro subdirector-geral;

e) Autorizar a licença parental inicial, licença parental inicial a gozar por um progenitor em caso de impossibilidade do outro, licença parental exclusiva do pai de gozo facultativo, licença por adopção e dispensa para amamentação ou aleitação, previstas, respectivamente, nos artigos 40.º, 42.º, 43.º n.º 2, 44.º, 47.º e 51.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro;

f) Praticar todos os actos relativos à aposentação e reforma dos trabalhadores em exercício de funções públicas;

g) Qualificar como acidente em serviço os sofridos pelo pessoal e autorizar o processamento das respectivas despesas;

h) Rescindir contratos de avença e tarefa;

i) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno, em dias de descanso e em feriados, bem como os regimes especiais de horário de trabalho e a concessão do estatuto de trabalhador-estudante;

j) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial dos trabalhadores afectos a estabelecimentos prisionais;

l) Autorizar as deslocações de serviço de trabalhadores dos serviços centrais e externos, com excepção daquelas cuja competência para autorização esteja cometida a outro subdirector-geral, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, bem como o processamento dos correspondentes abonos, de despesas com a aquisição de títulos de transporte e ajudas de custo;

m) Celebrar contratos de seguro e autorizar a respectiva actualização, sempre que tal resulte de imposição legal;

n) Promover a publicação de despachos, avisos e extractos de despachos na 2.ª série do *Diário da República* e as respectivas rectificações.

1.3 — No âmbito da coordenação e superintendência das actividades das áreas de gestão financeira e patrimonial, infra-estruturas e equipamentos e do Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informação e Segurança, constante do Despacho n.º 22058/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Agosto, que fica na dependência directa da licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes:

a) Assegurar as adequadas articulações entre a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e entidades externas, no âmbito das áreas que coordena e superintende;

b) Gerir o orçamento afecto à Direcção-Geral, autorizando, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, alterações orçamentais, transferências de verbas e a antecipação até dois duodécimos por rubrica dentro dos limites fixados pelo Ministério das Finanças;

c) Autorizar a constituição de fundo de maneio das dotações do respectivo orçamento até ao limite de um duodécimo;

d) Autorizar os pedidos de libertação de créditos e a emissão de meios de pagamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, bem como movimentar as contas abertas em nome da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, designadamente, a assinatura de cheques;

e) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas com ou sem dispensa de realização de concurso e de celebração de contrato escrito, incluindo adiantamentos a empreiteiros de obras públicas e despesas provenientes de alterações de variantes, revisões de preços e contratos adicionais, nos termos da lei e até ao limite de € 99 759,68;

f) Aprovar as minutas de contratos até ao limite de € 99 759,68, e outorgar os respectivos contratos;

g) Assinar os certificados ou declarações de execução de obra, em nome da Direcção-Geral, a pedido dos empreiteiros, para os efeitos de avaliação da sua experiência no âmbito do respectivo processo de classificação;

h) Visar os autos de consignação, de vistoria e de medição de trabalhos realizados, bem como os autos de recepção provisória e definitiva das empreitadas adjudicadas;

i) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços após o prazo regulamentar;

j) Superintender na utilização racional das instalações e equipamentos afectos aos serviços, bem como na sua manutenção e conservação incluindo os dispositivos tecnológicos de segurança, de telecomunicações, e infra-estruturas e equipamentos informáticos;

l) Autorizar o processamento de subsídios de renda de casa e de boletins itinerários mensais, desde que as respectivas deslocações tenham sido previamente autorizadas, bem como assinar as correspondentes requisições de transporte;

m) Autorizar os trabalhadores, excepto o pessoal do Corpo da Guarda Prisional, a conduzir viaturas do Estado afectas aos serviços centrais e externos, nos termos regulamentados;

n) Autorizar o uso de veículo próprio em serviço oficial bem como o abono das despesas de transporte ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

o) Gerir a frota automóvel da DGSP;

p) Autorizar o abate, avaliação, alienação a qualquer título e estabelecer a forma que esta deve revestir no que tange aos bens móveis do domínio privado do Estado afectos à DGSP, nos termos no n.º 2 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 307/94, de 31 de Dezembro, e regulamentado pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de Dezembro;

q) Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos/serviços próprios.

2 — Deogo na licenciada Julieta de Fátima Neves e Silva Nunes a competência para autorizar a frequência de acções de formação constantes do Plano de Formação por mim aprovado e a dispensa de serviço para a frequência de acções de formação que não determinem encargos